

Logo, o princípio que permitiria a escolha do mal menor é falso. Esta temática possui grande relevância na atualidade e recebe adequado tratamento no livro.

Com ampla documentação, argumentação sólida, linguagem elevada e suave — ainda quando refuta William Mann —, a obra não deixa de ser muito interessante. A contextualização de opiniões permite entrever o âmbito em que se movia São Tomás, como também suas fontes e influências, originalidade e genialidade.

Acessível não só aos especialistas, a obra de Dougherty é de fácil compreensão até para um leigo na matéria. Assim, se uma conversa começa a pesar, solte no ar um dos casos do livro (p. 78): “um homem, escapando de um assassino, entra da casa de outrem; o dono, interrogado pelo perseguidor, está entre mentir ou trair seu protegido”. O que você faria?

Pe. Joshua Alexander Sequeira, EP  
(Professor no ITTA)

**DAVIES, Brian. *Thomas Aquinas on God and Evil*. Oxford: Oxford University Press, 2011. 192 p. ISBN: 978-0-19-979090-6.**

Existe o mal? Se existe, é possível considerarmos um “problema do mal”? Ou ainda, como responder à famosa objeção de Hume: “Deus quer evitar o mal e não pode; logo é impotente. Ou é capaz de evitar, mas não o quer; logo é malévol”? Eis algumas problemáticas apresentadas pelo conciso livro *Thomas Aquinas on God and Evil*, escrito por um grande especialista em São Tomás, Fr. Brian Davies, OP, da Universidade Fordham, de Nova York.

Conforme o autor atesta no prefácio, o livro tem como público-alvo estudantes de Filosofia, Teologia e leitores interessados em São Tomás ou simplesmente na noção de Deus e mal (cf. p. x). Não obstante, Fr. Davies aborda alguns desafiantes temas a respeito do mal, sempre dei-

xando margem para futuros aprofundamentos. Embora examine certas questões contemporâneas a esse respeito em J. L. Mackie and William Rowe, prefere guardar distância dos mais recentes debates do neoateísmo. Contudo, o autor sintetiza de modo brilhante alguns argumentos teístas, notadamente de Alvin Plantinga, para quem, ainda que não se prove a compatibilidade da existência divina com a existência do mal, esta de nenhum modo pode negar a existência de Deus. Aliás, cumpre recordar que, segundo uma formidável intuição de São Tomás de Aquino, pode-se afirmar, na realidade, o contrário: “*Si malum est, Deus est*” (*Contra gentiles*, III, 71), ou seja, se existe o mal, existe então um bem contingente, logo Deus existe (Bem necessário).

No capítulo 2, o autor oferece uma valiosa explicação a respeito do contexto da utilização da Filosofia feita pelo Aquinate, além de esclarecer a possibilidade da Teodiceia. Para introduzir o leitor no âmago da problemática, Fr. Davies faz um interessante resumo de alguns conceitos básicos da filosofia tomista, como a noção de ser, causa, bondade, mal e suas respectivas definições (cap. 3 e 4). Em seguida, explica que bondade, para São Tomás, significa primordialmente aquilo que é apetecível, desejável, e não se restringe ao ser moralmente bom. Além disso, para o Doutor Angélico não existem bondades indeterminadas, mas apenas “coisas boas”, as quais, segundo a teoria dos transcendentais, pelo simples fato de possuírem o ser, são boas. Deus, no entanto, é Bom (ou é a Bondade) não da mesma maneira que o homem ou um alimento são bons. Daí a importância da utilização da analogia: Deus é *essencialmente* bom. Por outro lado, explica o autor, o mal não possui uma existência atual (*esse*), não é uma forma substancial e nem sequer accidental. Esses são conceitos filosóficos que, embora pareçam óbvios para muitos, possuem um papel determinante em todo o debate sobre Deus e o mal.

No capítulo 5, Fr. Davies esclarece que a bondade de Deus, para São Tomás, não deriva necessariamente do fato de Ele ser o Criador. Isso é evidente, pois ainda que não criasse, sua bondade permaneceria a mesma. Além do

mais, Deus não foi de nenhuma maneira constringido a criar, e tampouco é *causa sui*, pois o “ser Criador” não é parte *essencial* de sua natureza. E aqui é importante, mais uma vez, ressaltar a necessidade da metafísica tomista, e sua notável distinção real entre ser e essência nas criaturas. Deus, por sua vez, é o Ser por essência, ou, segundo a terminologia tomista: *Ipsium esse subsistens*; ou ainda, não é apenas a sua essência, mas também a sua própria existência (cf. *S.Th.* I, q. 3, a. 4).

O capítulo 6 se inicia com uma fundamentada crítica a Richard Swinburne, quem parece dar uma interpretação escotista à visão de São Tomás a respeito da predicação dos atributos divinos e daqueles relativos às criaturas — ou seja, os termos, em ambos os casos, possuem o mesmo sentido ou significado. No entanto, como já fizemos alusão, quando se afirma: “Deus é bom”, “Deus conhece”, “Deus é eterno”, alude-se a predicados *essenciais* de Deus, e jamais à maneira de acidentes. Tampouco Deus possui, por sua bondade, obrigações como os homens, os quais são submetidos às leis. Conforme explica o autor, o Aquinate procura sempre evitar uma visão antropomórfica de Deus.

No capítulo 7, Fr. Davies deixa claro que não quer entrar nas sutilezas da discussão, atitude que defende ter sido adotada por São Tomás. O autor relembra, contudo, a intrincada distinção entre *malum poenae* (proveniente de nossa própria condição humana) e *malum*

*culpa* (proveniente do pecado), feita pelo Doutor Angélico. Deus não produz o mal em nenhuma das duas possibilidades. Na visão cristã é clara a ideia de que Deus *permite* o mal, porque este, além de não ser uma contradição com a existência divina, Deus também o pode autorizar, sempre com a finalidade de trazer um bem, ainda que a partir do mal (aliás, obter um bem de um mal é superior a obtê-lo a partir de um bem). Mas Deus, Causa universal, é também *causa* do mal? Segundo São Tomás — talvez paradoxalmente para alguns — sim. Na realidade, no caso do *malum culpa*, este é causado por Deus *per accidens*, pois certos males são derivados dos bens por Ele desejados.

Deus quer, por exemplo, a justiça, a qual origina as delimitações das penas que dela derivam; ou quer bens na ordem da natureza, embora para isso alguns seres devam perecer em favor de outros, como no caso da presa em relação ao predador. O autor não entra em detalhes de como isso ocorre no caso do *malum culpa*, ou seja, o pecado, mas podemos dar umas pinceladas neste delicado problema à luz de São Tomás. Segundo ele, ao contrário da concepção de muitos, o pecado indica um ente e uma ação com um defeito anexo. Ora, como toda e qualquer ação, a ação pecaminosa depende, em última instância, do próprio Deus. O seu defeito, no entanto, depende de uma causa criada, ou seja, do livre-arbítrio, quando se desvia do agente primeiro (Deus). Deste

modo, valendo-se de sua peculiar clareza, o Aquinate explica que assim como o “mancar” provém da perna deformada e não da faculdade da locomoção, assim também Deus é, analogicamente, causa primeira da ação do pecado, mas não do pecado, pois não é causa do fato de que essa ação seja acompanhada de um defeito (cf. *S. Th.* I-II, q. 79, a. 2, co.: *Deus est causa actus peccati, non tamen est causa peccati, quia non est causa huius, quod actus sit cum defectu*). Essa última temática seria ocasião para muitíssimos desenvolvimentos no debate contemporâneo.

Nos capítulos 8 e 9, o autor aborda o tema do mal, ressaltando a perspectiva cristã, com os temas da Providência e da graça, bem como da Trindade e de Jesus Cristo, além de tratar dos mistérios oferecidos à nossa razão contingente, mas sedenta de respostas a essa indagação. De fato, como insiste o autor, quando se trata de argumentar a respeito da existência de Deus, é necessário considerar não apenas os aspectos filosóficos, mas também aqueles que se relacionam tradicionalmente com a fé. Para isso, Fr. Davies oferece, no capítulo conclusivo, uma síntese de 17 pontos filosóficos e teológicos a respeito do problema do mal. Esse sumário, aliado às abundantes notas finais, é de grande valia para aqueles que procuram uma compreensão inicial do presente tema, bem como pode nortear ulteriores aprofundamentos num assunto tão interessante quanto “ilimitado”. Aliás, vol-

tando às perguntas iniciais, não seria melhor falar em “mistério” do mal, em vez de “problema do mal”?

*Diác. Felipe de Azevedo Ramos, EP*  
(Professor no IFAT)